



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

CLARA CLEMENCIA SOUSA LIMA

Portugueses e Holandeses em Angola no século XVII: um conflito por territórios.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**Brasília
2023**

CLARA CLEMENCIA SOUSA LIMA

“Portugueses e Holandeses em Angola no século XVII: um conflito por territórios.”

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do grau de licenciada em História.

Orientador: Jonas Wilson Pegoraro

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jonas Wilson Pegoraro

Prof. Dr. José Inaldo Chaves Júnior

Prof. Dr. Estevam Costa Thompson

**Brasília
2023**

Resumo:

Sob a perspectiva da “micro-história global”, o artigo tem por objetivo analisar dois documentos do século XVII extraídos do Arquivo Histórico Ultramarino. Ambos relatam conflitos entre portugueses, holandeses e os povos *mbundus* no interior de Angola entre os anos de 1642 e 1643. Neste contexto, buscou-se examinar a dinâmica das relações sociais e políticas entre os agentes históricos ali dispostos que estavam em conflito pelos territórios “angolanos” e, conseqüentemente, pelas redes comerciais no Atlântico sul tendo como pano de fundo as chamadas “invasões holandesas”.

Palavras-chave: Micro-história Global, Brasil, Angola, Escravidão, Invasões Holandesas.

ABSTRACT:

From the perspective of “global micro-history”, the article aims to analyze two documents from the 17th century extracted from the Overseas Historical Archive. Both report conflicts between the Portuguese, the Dutch and the Mbundu people in the interior of Angola between the years 1642 and 1643. In this context, we sought to examine the dynamics of social and political relations between the historical agents disposed there who were in conflict over the territories “Angolans” and, consequently, by commercial networks in the South Atlantic against the backdrop of the so-called “Dutch invasions”.

Key-words: Global Microhistory, Brazil, Angola, Slavery, Dutch invasions.

Pedro César de Menezes foi para Massangano¹

No dia 21 de fevereiro de 1643 o escrivão Hipólito de Almeida Falcão, por ordem do ouvidor geral de Angola, Francisco de Figueiroa, recebeu a tarefa de redigir um auto de testemunhas.

Ao todo, treze homens dizem ser verdade o fato de que o Governador de Angola – Pedro César de Menezes – saiu de Luanda rumo ao presídio de Massangano², por não ter poder bélico suficiente para enfrentar os holandeses que chegavam a Luanda. Pedro César de

¹ O relato desta seção está presente no documento: PT/AHU/CU/001/0003/00331 do Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

² “Massangano era um presídio português situado a cerca de 150 km de Luanda (40 léguas, segundo estimativas da época), na confluência dos rios Cuanza e Lucala. Era um ponto chave da colônia de Angola, porque assegurava a ligação entre as rotas comerciais do sertão e Luanda”. DEMARET, 2017, p.5.24

Menezes chegou a Massangano e posteriormente se estabeleceu no sítio de Cazuangongo, localizado na província da Ilamba, entre os rios Dande e Bengo. De lá, mandou suas tropas em campanha militar castigarem as pessoas dos povos *mbundus*, residentes da região, que negavam obediência aos portugueses e haviam se revoltado pelos territórios.

Uma dessas campanhas militares aconteceu em vinte de julho de 1642. Liderada pelo capitão-mor Antônio Brito³. Esta tinha a missão de castigar os *mbundus*⁴ que haviam se rebelado contra o domínio português e observar onde poderiam existir soldados holandeses pelas regiões que estavam em disputa.

A campanha correu por toda a barra do Rio Dande, passou pelos sítios chamados Lefine e Jção e Antônio Brito e seus soldados não encontraram holandeses, já que a ocupação holandesa, antes da notícia das pazes que haviam sido estabelecidas entre Holanda e Portugal,⁵ havia chegado somente até o sítio Diogo de Siqueira, localizado não no Dande, mas no Bengo, uma légua de Luanda.

³ “Conquistador antigo, sargento-mor em 1624, capitão-mor em 1629 com valiosos serviços prestados nas lutas contra os holandeses, morto por estes no assalto traiçoeiro ao Outeiro do Gango, em 17/05/1643.” In: Brásio, Antônio Pe., org. 1960. Monumenta Missionaria Africana. Vol. 9, África Ocidental (1643-1646). Lisboa: Agência Geral do Ultramar. p. 30.

⁴ Na fonte, usa-se genericamente o termo “negro” para designar esses revoltosos, mas optou-se pela opção de especificar quem eram os povos da região, não deixando de utilizar, por vezes, a denominação presente na própria fonte.

⁵ Tem-se a hipótese, pela análise das fontes, que estas tréguas se referem ao Tratado de Haia de 1641.

Mapa 01 – Destaque Reino de Angola



Fonte: BLAEU, Joan (1596-1673). Regna Congo et Angola. [ca. 1670]. Disponível em: <https://collections.leventhalmap.org/search/commonwealth:cj82kx61t> Norman B. Leventhal Map & Education Center at the Boston Public Library.

Antônio Brito, de 58 anos, capitão-mor e chefe das campanhas militares mandadas por César de Menezes, foi uma das treze testemunhas que jurou aos Santos Evangelhos em que pôs sua mão direita e prometeu dizer a verdade do que lhe fosse perguntado.

O capitão disse ser verdade o que foi relatado sobre a ida de Pedro César para Massangano. Relatou que estando em Massangano o Governador saiu a campanha e se estabeleceu em Cazuangongo porque considerou que este era o melhor sítio. De lá mandou suas tropas pela barra do rio Dande castigando muitos negros rebeldes que haviam se juntado aos holandeses em ações contra os portugueses. Muitas dessas pessoas foram mortas e as que escaparam da morte, foram levadas como prisioneiras. Em seus caminhos não encontraram holandeses, visto que, como dito anteriormente, estes estavam até então na região do rio Bengo e não do Dande.

Estando os holandeses na região do rio Bengo, no sítio Diogo de Siqueira, Antônio Brito relata que ao chegar com seus soldados neste dito sítio, encontraram algumas casas que serviam de alojamento para os holandeses, mas que estes não possuíam ali qualquer forte ou artilharia. Isso favoreceu os soldados portugueses que fizeram em Diogo de Siqueira, em 10 de agosto de 1642, uma entrada de guerra. Neste momento, novamente muitos negros foram mortos, desta vez os que haviam se aliado aos holandeses.

Além do sítio de Diogo de Siqueira, quando os holandeses ficaram cientes das tréguas que Dom João IV havia celebrado com os Estados da Flandres, ocuparam também, só que no mês seguinte, o sítio de Namboa Calombé.

Os testemunhos obtidos relataram algumas informações relacionadas às tréguas que haviam sido feitas entre Holanda e Portugal. Não fica claro, porém, o processo de realização dessas tréguas, as informações podem, por vezes, se apresentar de maneira confusa, mas o que foi possível extrair dos relatos foi o seguinte: em 22 de agosto de 1642 o capitão português Antônio da Fonseca de Ornelas foi até a cidade de Luanda com uma caravela de aviso de sua majestade e apresentou um traslado impresso, que vinha de Holanda, das referidas tréguas que haviam sido celebradas no ano anterior, 1641.

Antonio da Fonseca ainda pediu que o deixassem ir até onde estava o Governador Pedro César de Menezes para informar sobre as tréguas, mas teve sua passagem impedida pelos holandeses que já haviam ocupado a cidade de Luanda. Neste momento o Governador Pedro César de Menezes já não se encontrava mais em Cazuangongo, tinha ido com cerca de

300 homens para Nambuaquisanzo⁶ onde montou um arraial. Apesar de terem barrado Antônio da Fonseca, que tentava ir ao encontro de César de Menezes, o diretor dos holandeses mandou o secretário Gaspar Croançen com o aviso das tais tréguas de Luanda até as terras de Nambuaquisanzo, onde estava Pedro César de Menezes.

Logo depois da saída do secretário, saiu também uma tropa de holandeses a mando do diretor e ocuparam o sítio de Namboa Calombé, localizado a vinte léguas de Luanda. É relatado também que os holandeses ocuparam a barra do rio Cuanza com um forte pequeno que se presume terem começado a construir depois de saberem das tréguas. Tem-se a hipótese, pela leitura das fontes, que as tréguas pretendiam promover a paz entre holandeses e portugueses. Acerca destes fatos, o capitão Antônio Brito também prestou seu testemunho e disse que é público e notório que isso aconteceu. O capitão ainda testemunhou que em todo o tempo andou por ordem do dito Governador sendo sempre o senhor das campanhas e matando e cativando muitas pessoas dos povos *mbundus*, que se juntaram aos holandeses.

Mapa 02 – Destaque Reino de Angola



⁶ Localizada na província do Lumbo. Abrangia a região dos rios Dande, Zenza e Luíinha até o rio Mucozo, e sobras da lotação de Cambambe. In: Brásio, António Pe., org. 1960. Monumenta Missionaria Africana. Vol. 9, África Ocidental (1643-1646). Lisboa: Agência Geral do Ultramar. p. 33.

Fonte: BLAEU, Joan (1596-1673). Regna Congo et Angola. [ca. 1670]. Disponível em: <https://collections.leventhalmap.org/search/commonwealth:cj82kx61t> Norman B. Leventhal Map & Education Center at the Boston Public Library. – Em destaque São Paulo de Luanda, o rio Cuanza fica ao sul.

O capitão Diogo Lopes de Faria, feitor da fazenda de sua majestade, de idade de 50 anos, também testemunhou sobre os acontecimentos. Declarou que sabia das coisas que disse por fazer parte do arraial e inquirir das pessoas principais que foram nas ditas jornadas.

Faria disse ser verdade que Antônio Brito saiu por duas vezes sobre a barra do Dande, correndo todos os contornos matando e levando como prisioneiros os *mbundus* rebeldes que negavam obediência ao domínio português. Testemunhou também que nessas saídas não encontraram holandeses a não ser no sítio Diogo de Siqueira.

Ainda, declarou que estando em Massangano, o Governador ficou sabendo que no rio Cuanza estava um patacho⁷ holandês com infantaria que havia subido por cima de Calumbo. Sabendo disso, o governador mandou quatro lanchas com soldados que abordaram o patacho do inimigo e levaram como prisioneiras a Massangano todas as pessoas que se encontravam no barco. Essas pessoas recuperaram a liberdade depois da publicação das tréguas, ficando os portugueses senhores tanto do patacho quanto do sítio.

Diogo Lopes, acerca das tréguas, relatou que chegando ao arraial de Nambuaquisanzo, onde estava o Governador, o mesmo o manda junto ao licenciado Antonio Guerreiro a cidade de Luanda, e, juntamente com o secretário Gaspar, tratem com o diretor holandês Cornelio as matérias de convivência para o bem da dita paz.

O licenciado Antonio Guerreiro também compôs as treze testemunhas e disse serem verdade os acontecimentos citados. Disse que acompanhou Antônio Brito quando este saiu a campanha pela barra do rio Dande e que passando por Lefune e Jção mataram e queimaram as casas de muitos negros rebeldes que viviam pela região, mas que não encontraram holandeses, a não ser na fazenda de Diogo de Siqueira. Disse ainda, que em Nambóia Calombe nunca estiveram os holandeses a não ser depois das pazes.

* * *

Expõe nestas páginas iniciais deste artigo os principais acontecimentos que constam no auto de testemunhas tem por objetivo abordar a região do reino de Angola por uma

⁷ Barco a vela.

perspectiva “micro”. A redução de escala⁸, proposta pela perspectiva histórica da micro-história, auxilia neste momento da argumentação, pois nos possibilita observar diversas questões que envolviam a região naquele período, não só o avanço holandês pelo território (o qual “amplia escalas” para uma questão global), mas os conflitos presentes e permanentes dos portugueses com os autóctones africanos, a constante violência da conquista/colonização e seu relato como algo mundano, por exemplo, como dito, a morte e cativo de muitas pessoas.

Nesta linha, o artigo se propõe, justamente, a “brincar” com o “problema da escala”⁹, observando por prismas diferentes um fato que nos permite ver “detalhes marginais” e que nos revelam todo um conflito atlântico.

Pedro César de Menezes escreve ao Rei

Pedro César de Menezes, governador geral de Angola, em carta datada do dia 09 de março de 1643, endereçada ao Rei de Portugal – Dom João IV – conta sobre os fatos que nortearam a tomada de Luanda pelos holandeses.¹⁰

Os mesmos conflitos e disputas que constam no auto de testemunha também foram relatados na carta, mas desta vez sob o olhar do próprio Governador. Em sua carta César de Menezes começa relatando que sempre escreveu aos tribunais do Rei sobre como a praça de Luanda era indefensável, toda aberta e com menos de 300 homens, destes, em sua maioria, despreparados para a guerra.

Neste contexto, assume que a melhor decisão a ser tomada era embrenhar-se rumo aos sertões de Luanda, mesmo que “estivesse doente” e que “a febre nunca o deixasse”. Nota-se que para além dos conflitos com os povos *mbundus*, haviam também conflitos com o Reino do Congo e neste sentido, César de Menezes nega que na época da invasão holandesa se encontrassem os portugueses em guerra com o Rei do Congo, mas faziam guerra com os *quilambas* e *quimbares* que se encontravam nos presídios da Embaca, Massangano e Cambambe. Os primeiros eram capitães de guerra preta e os últimos, negros forros, obrigados

⁸ Ver: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

⁹ LEVI, Giovanni. O pequeno, o grande e o pequeno. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 37, nº 74, 2017. – Conforme apresentado no texto, “Entrevista realizada em Roma, em 16 de fevereiro de 1990. Com pauta preparada por Guido Crainz, Gino Massullo e Giacomina Nenci, foi publicada no número 10 de Meridiana, em 1990. Transcrição e revisão do original a cargo de Giuseppe Croce e Antonella Pagano”. Ver também: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

¹⁰ O relato desta seção está presente no documento: Carta do Governador de Angola a El-Rei de Portugal (9-3-1643). In: Brásio, António Pe., org. 1960. *Monumenta Missionaria Africana*. Vol. 9, África Ocidental (1643-1646). Lisboa: Agência Geral do Ultramar. p. 30.

a servir aos portugueses¹¹, mas que se negavam a tal tarefa a não ser, segundo o governador, que a ocasião lhes trouxesse algum benefício.

Apesar do Governador negar que estaria em guerra com o Congo, conta sobre alguns conflitos com os sobas da região, tendo destaque nas primeiras revoltas relatadas o soba Angollaquicaito e Nambua-calombe. Nambua-calombe, inclusive, é preso e tem sua cabeça cortada a mando de Pedro César em uma das campanhas comandadas por Antônio Brito.

Pedro César lidava com a chegada da invasão holandesa que tomava a barra do rio Cuanza e com as reações das gentes do Rei do Congo pela barra do rio Dande, como ele mesmo diz na carta. Válido ressaltar também que muitos nativos que se rebelaram (ou não), foram mortos ou levados como prisioneiros nas campanhas militares realizadas.

Além disso, também foi relatado na carta que estando nas terras do soba Cazuangongo, que ficava na província de Ilamba, entre os rios Dande e Bengo, soube que os sobas Motemo e Nambuagongo haviam sido cruéis com os portugueses, clérigos e religiosos que estavam em suas terras, conta que esses sobas mataram e tomaram as fazendas dessas pessoas. O Governador cita também os sobas Cahenda e Engombe-a-muquiama, que haviam negado obediência ao Rei Dom João e reconhecido o Rei do Congo como senhor. Sabendo disso, o governador mandou o Capitão-mor Antônio de Abreu Miranda¹² com sessenta homens castigar e matar os sobas que negavam obediência. Nesse embate o soba Motemo e mais de quatro mil de seus vassallos são mortos.

Alguns outros conflitos como o acima apresentado também foram relatados na carta do Governador. Logo, a partir da análise do documento, pode-se notar uma constante disputa que havia na região entre os europeus e as lideranças *mbundus*.

Nas últimas páginas de sua carta o Governador de Angola diz ao Rei que para que os portugueses tenham sucesso naquelas terras não pode haver o Rei do Congo, seu maior inimigo. Com esse relato percebe-se que os holandeses não eram a “única ameaça” na disputa pelos territórios e que os povos *mbundus*, do reino do Ndongo, se mantêm ativo nas disputas políticas e territoriais. O governador fala da necessidade de fortificação do Dande e solicita um engenheiro e os materiais necessários para as obras de fortificação. Fala também sobre a falta e a necessidade de que se mande para lá artilharia pesada e 500 soldados do Brasil, já que não havia em Luanda soldados suficientemente preparados. Por fim, Pedro César pede

¹¹ Brásio, António Pe., org. 1960. Monumenta Missionaria Africana. Vol. 9, África Ocidental (1643-1646). Lisboa: Agência Geral do Ultramar. p. 29.

¹² Antigo conquistador que se encontrava em Angola desde 1603. In: Brásio, António Pe., org. 1960. Monumenta Missionaria Africana. Vol. 9, África Ocidental (1643-1646). Lisboa: Agência Geral do Ultramar. p. 32.

que seja substituído por um novo governador, por motivos de saúde e que seja dada uma mercê ao capitão Antônio da Fonseca Ornelas pelos seus serviços.

Metodologia

As duas fontes utilizadas na composição desta pesquisa foram extraídas do Arquivo Histórico Ultramarino em seu formato digital. As palavras utilizadas na busca pelos documentos no próprio *site* do arquivo foram: rebelião, revolta, escravos, Angola. No campo das datas colocou-se os anos que compreendem o século XVII (1601-1700).

O primeiro documento escolhido trata-se de um auto de testemunhas, como indicado, o qual eu mesma transcrevi. Já o segundo, trata-se de uma carta de Pedro César de Menezes, Governador de Angola, endereçada ao Rei de Portugal, na época Dom João IV, em que trata dos mesmos assuntos presentes no auto de testemunhas. A transcrição da carta não foi necessária já que o documento também está presente no volume IX da Monumenta Missionária Africana - África Ocidental (1643-1646), logo, já transcrito.

As situações descritas nas fontes obviamente não podem ser vistas de maneira isolada, já que possuem diversas conexões entre si. Sendo assim, os documentos foram interpretados a partir de uma reflexão trabalhada por Romain Bertrand e Guillaume Calafat na revista *Annales* em 2018, a perspectiva intitulada “Micro-história Global”.¹³ “Rica em promessas”, como trabalhado pelos autores, a Micro-história Global despertou interesse pela combinação de duas outras perspectivas que dominaram o universo historiográfico nas últimas décadas do século XX. Por óbvio, como o próprio nome apresenta, derivaria da micro-história¹⁴, ponto de vista que toma o cenário historiográfico ocidental na década de 1980 e a história global¹⁵, que se impôs (em resposta talvez às proposições micro analíticas) na década seguinte (1990).

Apesar de trazer em seu teor diversos questionamentos, os autores observam que tal abordagem busca dar possibilidades de análise, entendendo “conexões vividas” dado o contato entre diferentes atores sociais, “bem como suas consequências sociais e culturais”.¹⁶

¹³ BERTRAND, Romain; CALAFAT, Guillaume. La microhistoire globale: affaire(s) à suivre. In: **Annales**. Histoire, Sciences Sociales. 73e année, N. 1, 2018. pp. 3-18.

¹⁴ Ver, dentre outros: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. REVEL, Jacques. "Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado". Revista Brasileira de Educação, v. 15 n. 45, p. 434-444., set./dez. 2010.

¹⁵ Ver, dentre outros: SUBRAHMANYAM, Sanjay. Em busca das origens da História Global: aula inaugural proferida no Collège de France em 28 de novembro de 2013. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 60, p. 219-240, 2017. CROSSLEY, P. K. “O que é história global?” In: _____. **O que é história global?** Petrópolis, RJ: Vozes, 2015, p. 136-159.

¹⁶ BERTRAND, Romain; CALAFAT, Guillaume. La microhistoire globale: affaire(s) à suivre. In: **Annales**. Histoire, Sciences Sociales. 73e année, N. 1, 2018. p. 4.

En cela, le terme de microhistoire, lesté de l'adjectif «global», n'implique pas obligatoirement un reniement méthodologique: il peut conserver toute sa charge réflexive dès lors qu'il s'attelle à dévoiler les manières de faire, la fabrique des sources et des contextes – des aspects parfois négligés par une histoire globale (dans sa déclinaison macro-historique ou synthétique) qui entend saisir toutes choses depuis une position de surplomb. La démarche microhistorienne implique également une forme de généralisation qui n'est jamais donnée d'entrée de jeu, ni par l'échelle d'analyse, ni par des structures ou des variables énumérées ou définies *a priori*. Partant, elle questionne la définition et les ambitions d'une histoire globale qui tend à poser par avance les entités servant de décor à ses récits.¹⁷

Por meio da abordagem da “micro-história global” seria possível seguir pessoas, objetos e disputas fazendo uma conexão com redes e contextos mais complexos, promovendo possibilidades nas construções históricas. Sendo assim, uma análise mais cuidadosa e menos “globalizante/generalizante” (crítica sempre ácida e necessária para a abordagem da História Global) pode, na realidade, trazer contribuições para o entendimento dos momentos históricos.

Sob essa perspectiva, quando nos deparamos com a documentação histórica é necessário que estejamos dispostos a investigar tal documentação buscando acessar os detalhes e o que pode passar despercebido por uma leitura mais geral. Mobilizando e cruzando a análise de diferentes fontes seria possível acessar contextos que estão dentro de um aspecto mais global da História.

L'un des paradigmes qui structurent la plupart des études rangées sous l'étiquette de « microhistoire globale » est celui qui consiste à suivre les êtres, les choses, les objets, les litiges, voire les émotions, en dehors d'un cadre strictement européen – étant entendu que les définitions de ce cadre sont elles-mêmes évolutives et polysémiques.¹⁸

Dessa maneira, ao analisarmos a trajetória particular dos agentes administrativos da Coroa Portuguesa, das lideranças políticas do Reino do Ndongo e dos conquistadores/mercadores holandeses que surgem no auto de testemunhas e na carta do

¹⁷ “Nisso, o termo micro-história, ponderado pelo adjetivo “global”, não implica necessariamente uma negação metodológica: ele pode reter toda a sua carga reflexiva desde que se proponha a revelar modos de fazer as coisas, constituir as fontes e contextos – aspectos por vezes negligenciados por uma história global (na sua decadência macro-histórica ou sintética) que pretende apreender todas as coisas a partir de uma posição saliente. A abordagem micro-histórica implica também uma forma de generalização que nunca é dado de início, nem pela escala de análise, nem por estruturas ou variáveis enumeradas ou definidas *a priori*. Por isso, ela questiona a definição e as ambições de uma história global que tende a colocar de antemão as entidades que servem de pano de fundo para suas histórias”. BERTRAND, Romain; CALAFAT, Guillaume. La microhistoire globale: affaire(s) à suivre. In: **Annales**. Histoire, Sciences Sociales. 73e année, N. 1, 2018. p. 9. – Tradução livre.

¹⁸ “Um dos paradigmas que estrutura a maior parte dos estudos classificados sob o rótulo de “micro-história global” é aquele que consiste em acompanhar seres, coisas, objetos, disputas, até emoções, fora de um âmbito estritamente europeu – entendendo-se que as definições deste quadro são eles mesmos evolutivos e polissêmicos”. BERTRAND, Romain; CALAFAT, Guillaume. La microhistoire globale: affaire(s) à suivre. In: **Annales**. Histoire, Sciences Sociales. 73e année, N. 1, 2018. p. 12. – Tradução livre.

Governador Geral de Angola foi possível perceber de maneira minuciosa as interações conflitantes diante da disputa por territórios de muita importância econômica para época. A análise revelou ainda a complexidade dos acordos políticos realizados entre esses agentes históricos, além do que mostrou que a violência está quase sempre muito presente nessas interações, mesmo que houvesse a possibilidade de realizar acordos mais diplomáticos de certa forma.

Contrastando as fontes analisadas com o contexto histórico da época é possível perceber o cotidiano das pessoas envolvidas nos conflitos diante de um contexto maior – mais global. No entanto, é preciso ter em mente que os fatos presentes nas fontes foram contados sob a perspectiva de quem coloniza e não de quem é colonizado, então o que temos é o acesso à visão dos agentes administrativos da Coroa Portuguesa em relação aos seus feitos de conquistas. Contudo, deve-se ter em mente que

La technique du « suivre » ne suppose pas un monde homogène, peuplé d'entités immuables et inamovibles, réglé par des métrologies stabilisées. Tout au contraire, elle met au jour la fragmentation et la multiplicité des contextes, tramés d'asymétries, diffractés dans les documentations par des compétences énonciatives différentielles et par des accès à l'information inégalement distribués. « Multi-situer » l'analyse ne signifie donc pas uniformiser le réel lui servant de référence, même s'il est possible, au fil de l'enquête, de mettre en lumière des continuums, des formes de brassage ou de lieux communs qui remettent en question, non pas forcément la spécificité des contextes, mais du moins le postulat de leur absolue singularité.¹⁹

Os cuidados, críticas e questionamentos apontados por Bertrand e Calafat faz refletir, justamente, sobre as necessidades de experimentação nas abordagens para o entendimento histórico. A “micro-história global” abre-nos a possibilidade de experimentar uma análise frente a dois documentos pontuais a multifacetada relação belicosa em Angola, zona de interesse que conecta impérios, redes comerciais e pôs em contato visões de mundo e interesses. O cuidado no trato das fontes e suas necessárias escolhas trazem mais lacunas para o episódio relatado do que respostas, é necessário ainda aprofundamentos sobre o embate, contudo, ao mesmo tempo das incertezas, contradições ou inconsistências dos agentes do passado, mesmo a distância pode ser relativizada, como tratam os autores

¹⁹ “A técnica de “seguir” não supõe um mundo homogêneo, povoado por entidades imutáveis e imóveis, regulado por metrologias estabilizadas. Ao contrário, traz à tona a fragmentação e a multiplicidade de contextos, tramas assimétricas, difratados na documentação por habilidades enunciativas diferenciais e pelo acesso desigualmente distribuído à informação. “Multi-situar” a análise não significa, portanto, padronizar o real que serve de referência, ainda que seja possível, ao longo da investigação, destacar *continuums*, formas de mistura ou lugares-comuns que põem em questão, não necessariamente a especificidade dos contextos, mas pelo menos o postulado de sua absoluta singularidade”. BERTRAND, Romain; CALAFAT, Guillaume. La microhistoire globale: affaire(s) à suivre. In: **Annales**. Histoire, Sciences Sociales. 73e année, N. 1, 2018. p. 14. – Tradução livre.

La distance n'est pas qu'un problème géographique. Elle interroge tout d'abord la représentativité des cas étudiés, laquelle invite à penser la récurrence des connexions ou l'anomalie apparente de leur existence. Elle incite ensuite à réfléchir à la focale nécessaire pour que le problème historique demeure pertinent: à mi-chemin entre l'emploi de catégories trop générales pour l'analyse et l'absence de seuils, de frontières ou de différences justifiant la comparaison. Enfin, la distance possède une dimension temporelle: contre les grands récits téléologiques de la «modernisation» ou de la «globalisation», la «microhistoire globale» gagne à s'intéresser de près aux déconnexions, aux déliaisons plus ou moins brutales qui influent, elles aussi, sur la manière de penser une aire et une échelle chronologique pertinentes pour opérer des comparaisons. Peut ici se nouer le fil d'un dialogue entre les périodes modernes et les époques plus anciennes, partant s'énoncer la promesse d'un travail collectif mené conjointement avec l'anthropologie et l'archéologie.²⁰

O Império português e as invasões holandesas

Com o gradual processo de expansão ultramarina portuguesa, novos territórios foram conquistados/colonizados, o que fez com que a Coroa Portuguesa tivesse o dever de nomear oficiais nos mais diferentes cargos, sejam eles civis, militares e/ou eclesiásticos.²¹ As aparições do ouvidor geral e do governador-geral de Angola, respectivamente, Francisco de Figueiroa e Pedro César de Menezes ou do capitão-mor Antônio Brito nas fontes aqui apresentadas são exemplos dos novos mecanismos jurídicos e administrativos aplicados nos territórios por parte da conquista portuguesa.

Conforme se expandia, o Império português alargava também a lógica da nobreza, das mercês e do acesso aos cargos político-administrativos nas diferentes e multifacetadas partes

²⁰ “A distância não é apenas uma questão geográfica. Em primeiro lugar, questiona a representatividade dos casos estudados, o que nos convida a pensar na recorrência de conexões ou na aparente anomalia de sua existência. Em seguida, estimula a reflexão sobre o foco necessário para que o problema histórico permaneça relevante: a meio caminho entre o uso de categorias muito gerais para análise e a ausência de limites, fronteiras ou diferenças que justifiquem a comparação. Por fim, a distância tem uma dimensão temporal: contra as grandes narrativas teleológicas da “modernização” ou da “globalização”, a “micro-história global” ganha por se interessar de perto pelas desconexões, pelos desvinculamentos mais ou menos brutais que influenciam também a forma de pensar uma área e uma escala cronológica relevante para fazer comparações, um trabalho coletivo realizado em conjunto com a antropologia e a arqueologia”. BERTRAND, Romain; CALAFAT, Guillaume. La microhistoire globale: affaire(s) à suivre. In: **Annales**. Histoire, Sciences Sociales. 73e année, N. 1, 2018. p. 14. – Tradução livre.

²¹ GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808). Em: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. (org.). **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. pp. 285-315. CUNHA, Mafalda Soares da. Governo e governantes do Império português do Atlântico (século XVII). Em: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. (orgs.). **Modos de Governar: ideias e práticas políticas no império português – Séculos XVI-XIX**. São Paulo: Alameda, 2005. pp. 69-92.

do globo, cargos estes que eram criados e distribuídos para melhor organizar os novos territórios conquistados.²²

Ainda no século XVI, uma das formas de administrar esses territórios constituiu-se na implementação, na década de 1530, do sistema de capitanias hereditárias na América lusitana. Posteriormente, em 1548, o governo-geral foi estabelecido por D. João III. Em Angola, a primeira capitania hereditária foi concedida a Paulo Dias de Novais, em 1571. Depois de sua morte houve conflitos relacionados às disputas de sucessão, então em 1592 aconteceu a instituição do governo geral, momento em que foi nomeado como primeiro governador-geral, Francisco de Almeida. Pedro César de Menezes, apresentado nas fontes, ocupou o cargo de governador-geral de Angola de 1639 a 1641, já no século XVII.

O período em que Pedro César de Menezes serviu como governador-geral de Angola se insere em um contexto de muitos conflitos políticos e disputas territoriais e comerciais entre portugueses e holandeses nos diferentes espaços conquistados/controlados pelo império ultramarino português. Válido pontuar também que o fim da União Ibérica e a necessidade de afirmação de uma nova dinastia aconteceram em meio à invasão holandesa nos domínios portugueses em África e na América, o que trouxe grande instabilidade.²³ Quanto às invasões holandesas, a historiadora Maria de Fátima Gouvêa esclarece que:

A criação em 1602 da Companhia Holandesa das Índias Orientais, constituiu-se no marco deflagrador desse processo de investidas contra territórios ultramarinos portugueses. Em 1609 grupos holandeses tomaram possessões portuguesas no Ceilão e no Japão. Mais intimidadores foram, entretanto, os avanços empreendidos sobre o complexo Atlântico, viabilizado por um conjunto de ações sistematizadas pela busca de intervenção direta na região, então considerada como uma das principais fontes de riqueza da economia europeia.²⁴

No Brasil, em 1604 os holandeses atacam a cidade de Salvador, na Bahia. Vinte anos mais tarde invadem a capital da América portuguesa. Em 1630 os holandeses chegam a Pernambuco, onde ficam por mais de duas décadas, sendo expulsos em 1654. Segundo

²² MATTOS, Hebe Maria. A escravidão moderna nos quadros do Império português: o Atigo Regime em perspectivaatlântica. Em: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. (org.). **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. pp. 143-162.

²³ LEITE, Ingrid Silva de Oliveira. A restauração de Angola e os pedidos de mercês no século XVII. **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, nº 25, p. 126-148, set.-dez. 2020. p. 130. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/50728/35251>. Acesso em: 16 fev 2023.

²⁴ GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808). Em: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. (org.). **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 291.

Gouvêa, a conjugação dessas ocupações revela a percepção existente acerca das conexões presentes entre as regiões do Atlântico Sul. Gouvêa também afirma que:

Os grupos holandeses rapidamente puderam perceber aquilo que já era muito dito e sabido entre os portugueses [...] A economia açucareira de Pernambuco não poderia sobreviver a contento sem a manutenção de seu vínculo visceral com as regiões fornecedoras de mão-de-obra escrava localizada em África.²⁵

Em agosto de 1641 teve o início da ocupação holandesa em Angola, até então Reino do Ndongo, por intermédio da Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais, importante instrumento para a colonização holandesa nas Américas. Os colonos portugueses que já se encontravam em Angola, impossibilitados de enfrentar a invasão, foram para os sertões junto ao governador Pedro César de Menezes e se refugiaram em Massangano. Daí se iniciam diversos conflitos entre portugueses, holandeses e os povos *mbundus* na disputa pelos territórios do Ndongo e pelo tráfico de mercadoria humana escravizada.

A tomada de Luanda por parte dos holandeses faria com que esses tivessem acesso a mão de obra escravizada, fundamental para a produção de açúcar no nordeste brasileiro. Luanda na época era um porto importantíssimo para o comércio de escravizados, o que justifica o grande interesse dos europeus pela conquista do território. Pedro César de Menezes esclarece em carta que escreve ao Rei que a sua ida a Massangano era para que o comércio de escravizados com os holandeses fosse impedido. Além disso, objetivava-se que os holandeses não tivessem apoio dos povos nativos ao chegarem a Angola, o que não funcionou visto que os holandeses contaram com o apoio de Mani Congo Garcia II, rei do Congo, e também da rainha Ginga.²⁶ Sendo assim, na década de quarenta do século XVII o reino do Ndongo foi um dos palcos de importantes disputas internacionais.

Os colonizadores portugueses, estabelecidos na África Centro Ocidental desde o século XV, precisaram lidar com invasores holandeses que tinham a pretensão clara de obter domínio e controle do fornecimento de escravizados. Faz-se necessário pontuar ainda que após a dissolução da União Ibérica, posteriormente também a Restauração Portuguesa, a Coroa possuía enquanto desafios em relação ao reino do Ndongo restabelecer a soberania de seus territórios coloniais, impedir a perda desses territórios para outros países interessados no negócio negreiro e por fim a implementação de uma boa política junto às autoridades dos povos *mbundus*. A ocupação holandesa em Angola durou até 1648 quando Salvador Correia

²⁵Ib.

²⁶ LEITE, Ingrid Silva de Oliveira. A restauração de Angola e os pedidos de mercês no século XVII. **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, nº 25, p. 126-148, set.-dez. 2020. p. 130-131. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/50728/35251>. Acesso em: 16 fev. 2023.

de Sá chega do Brasil em Angola e expulsa o inimigo dos portugueses do território. Inclusive uma das primeiras medidas que Salvador de Sá estipulou foi a punição dos sobas *mbundus* que haviam se aliado aos holandeses.²⁷

Para além das invasões holandesas, as fontes também evidenciam a necessidade de entender como podiam ser estabelecidas as relações entre os europeus colonizadores e a população local do Reino do Ndongo e suas lideranças, já que o conhecimento acerca da realidade colonial por parte dos colonizadores implicava na definição de estratégias e metas para a conquista dos territórios de interesse.²⁸

Flávia Maria de Carvalho afirma que no contexto citado “uma das principais prioridades entre os administradores portugueses era a meta de legitimar seu poder frente às ameaças internas e externas que fragilizavam o seu governo e seus objetivos nas regiões do reino do Ndongo.” Dessa maneira:

A presença dos portugueses na região, e seu relacionamento com os *mbundus*, implicaram na necessidade da decodificação de símbolos e procedimentos relacionados ao exercício do poder, itens totalmente desconhecidos pelos pioneiros, mas que aos poucos foram se tornando familiares aos sucessores da empreitada africana nos territórios do Ndongo.²⁹

Diversas passagens das fontes evidenciam que essa obtenção de saberes do universo do outro também ocorria por parte dos povos *mbundus* em relação aos europeus, já que estes também eram agentes históricos capazes de se apropriar dos elementos culturais, jurídicos e políticos de seus colonizadores. Dessa maneira, é válido saber não só sobre os fatos históricos que servem de cenário para os acontecimentos relatados nas fontes, mas também fazer o esforço de compreender as trocas entre os agentes históricos envolvidos no âmbito da acumulação de experiências, conhecimentos e comunicação entre os mesmos.

Angola no século XVII

²⁷ CARVALHO, Flávia Maria de. Os homens do rei em Angola: sobas, governadores e capitães mores, séculos XVII e XVIII. Tese (doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, fev. 2013. p. 46. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1502.pdf>. Acesso em 16 fev. 2023.

²⁸ CARVALHO, F. M. de. O Reino do Ndongo no Contexto da Restauração: Mbundus, Portugueses e Holandeses na África Centro Ocidental. **Sankofa (São Paulo)**, [S. l.], v.4, n.7, p.7-28,2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/sankofa/article/view/88793>. Acesso em 16 fev 2023.

²⁹ CARVALHO, F. M. de. O Reino do Ndongo no Contexto da Restauração: Mbundus, Portugueses e Holandeses na África Centro Ocidental. **Sankofa (São Paulo)**, [S. l.], v.4, n.7, p.7-28,2011. p.9. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/sankofa/article/view/88793>.

No interior de onde hoje é a República de Angola³⁰, localizada na África Centro-Occidental, constituía-se um reino chamado “Reino do Ndongo”. Este reino era ocupado em grande parte pelos povos *mbundus*, povos de origem bantu falantes do kimbundu. Seus territórios estavam localizados entre dois importantes rios da região: Bengo e Kwanza. O reino passa a denominar-se Angola devido a conquista e posterior colonização portuguesa³¹, já que a principal autoridade do Reino do Ndongo, era o Ngola³².

Em relação a como era dividido o poder político neste reino, a historiadora Flávia Maria de Carvalho nos esclarece que:

Apesar das concepções místicas que cercavam o poder do Ngola, identificamos uma distinção entre as tarefas relacionadas ao governo efetivo, e a função de elemento de ligação entre os planos terrestres e sobrenaturais. O poder espiritualizado do Ngola era complementado na prática com o poder dos sobas. Os territórios do Ndongo eram divididos em sobados, cada um deles governado por seu respectivo soba. Na prática esses sobados gozavam de grande autonomia em suas ações governativas, ficando o Ngola concentrado em funções predominantemente sagradas e distantes do cotidiano dos sobados. A própria geografia do Ndongo favoreceu a essa independência política dos sobas, já que muitos sobados ficavam isolados, fazendo com que o vínculo ao Ngola fosse de fato muito mais simbólico componente de um cenário ritualístico do que efetivamente político e pragmático.³³

Essas lideranças locais, ao passo que podiam fazer acordos que viabilizassem a conquista portuguesa ou ocupação holandesa nos sertões de Angola, também eram bastante combativas no que tange a disputa e defesa de seus territórios. Ou seja, os sobas podiam ou não se aliar ou serem avassalados pelos colonizadores europeus e quando não o faziam eram tidos como rebeldes.

Importante ressaltar que esses avassalamentos dos sobas contavam com grande influência do cristianismo com esses agentes sendo convertidos à religião cristã, o que fazia

³⁰ A respeito dos conflitos em Angola pela independência, ver: PIMENTA, Fernando Tavares. O Estado Novo português e a reforma do Estado colonial em Angola: o comportamento político das elites brancas (1961-1962). **História (São Paulo)** dez 2017, volume 23 n° 2 pp 250-272.

³¹ Sobre o processo de expansão e colonização portuguesa, ver, dentre outros: BIRMINGHAM, David. **Alianças e conflitos. Os primórdios da ocupação estrangeira em Angola. 1483-1790**. Luanda, Arquivo Histórico de Angola / Ministério da Cultura, 2004. HESPANHA, Antonio Manuel & SANTOS, Catarina Madeira. Os poderes num império oceânico. In: MATTOSO, José (coord.). **O Antigo Regime (1620-1807)** Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, p. 395-413. (História de Portugal, v. 4). THOMAZ, Luís Filipe. **De Ceuta a Timor** Lisboa: Difel, 1994.

³² Conforme Flávia Maria de Carvalho, entre os povos *mbundus*, “(...) prevalecia a crença de que o poder desse soberano era legitimado pelos ancestrais, o que lhe conferia o dom de manter a comunicação entre o mundo dos vivos e dos mortos”. CARVALHO, Flávia Maria de. Os homens do rei em Angola: sobas, governadores e capitães mores, séculos XVII e XVIII. Tese (doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, fev. 2013. p. 46. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1502.pdf>. Acesso em 16 fev 2023.

³³ CARVALHO, Flávia Maria de. Os homens do rei em Angola: sobas, governadores e capitães mores, séculos XVII e XVIII. Tese (doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, fev. 2013. p. 46-47. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1502.pdf>. Acesso em 16 fev. 2023.

parte do controle da conquista e das estratégias de colonização por parte dos europeus. Algumas passagens da documentação analisada, como se verá, evidenciam esses cenários e utilizam tanto a denominação “sobas vassalos” quanto “sobas rebeldes”. Quando Pedro César de Menezes escreve ao Rei Dom João IV para contar de seus motivos em relação a ida para os sertões de Angola, relata diversos conflitos com os sobas da região. Para exemplificar a complexa relação dessas lideranças com a colonização de suas terras adianta-se a seguinte passagem da carta do Governador que merece atenção:

e com auizo que tiue que em Namboa-calombe se aiuntaua muita guerra de Congo, mandei ao capitão mor Antonio Bruto que peleiou em 20 de ianeiro de 1642 com o dito soua, matandolhe oito mil peçoas, prendendo ao dito Nambuacalombe, a quem logo mandei cortar a cabeça, com parecer e votos dos souas vassalos de V . Magestade, segundo custume do Reino.³⁴

Nesta passagem o Governador conta estar pelas proximidades do presídio de Massangano com a intenção de fortificá-lo, visto que já estava acontecendo a invasão por parte dos holandeses.³⁵ Nesta região recebe aviso de que o soba Nambuacalombe havia se rebelado e demonstrado sua desobediência frente aos portugueses, portanto é tido como um soba rebelde. Nota-se a violência com que a atitude de irreverência de Nmbuacalombe foi tratada por parte do governador português. Ao mesmo tempo em que os outros sobas, vassalos do rei de Portugal, dão parecer e votos à atitude de assassinar o soba rebelde. Em complemento ao contexto, novamente Flávia Maria de Carvalho auxilia nossa compreensão daquele espaço, uma vez que

Entre os direitos e as obrigações dos sobas destacamos o direito de decretar penas de morte e de vender culpados como escravos, a obrigação de fornecer apoio militar ao Ngola em caso de ameaça a sua soberania e o pagamento de tributos. A função do pagamento de tributos era essencial para que a soberania do soba fosse mantida em seus domínios, assim como para que seu poder fosse legitimado. Além disso, era responsabilidade dos sobas fazer com que os pagamentos chegassem até as mãos do Ngola, já que não existiam entre os funcionários do Ngola cobradores de impostos. (...) Apesar de gozar de autonomia o poder dos sobas não era exercido de forma arbitrária. Em cada sobado havia um conselho de nobres formado por macotas que era chamado de mbombog. Esses funcionários eram membros da aristocracia local e tinham grande poder de decisão e até mesmo de veto junto às ordens dos sobas.³⁶

³⁴In: Brásio, António Pe., org. 1960. Monumenta Missionaria Africana. Vol. 9, África Ocidental (1643-1646). Lisboa: Agência Geral do Ultramar. p. 30.

³⁵ Em agosto de 1641 tem-se início a ocupação holandesa em Angola.

³⁶ CARVALHO, Flávia Maria de. Os homens do rei em Angola: sobas, governadores e capitães mores, séculos XVII e XVIII. Tese (doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, fev. 2013. p. 49. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1502.pdf>. Acesso em 16 fev 2023.

Ademais, faz-se necessário abordar que o grande interesse por Angola, tanto por parte dos portugueses quanto por parte dos holandeses foi centrado na importante relação que Angola, e mais especificamente a cidade de Luanda, tinham com o tráfico de escravizados. De acordo com o historiador português Arlindo Manoel Caldeira, a cidade de Luanda se desenvolveu como base administrativa e militar da penetração para o interior, sendo sobretudo, uma plataforma comercial no negócio de mercadoria humana escravizada.

Na costa ocidental africana, Luanda iria ser, durante mais de dois séculos, um dos mais movimentados centros de exportação de escravizados, com destino ao Brasil e à América Espanhola. (...) Podemos, sem grande margem de erro, calcular que, durante a maior parte do século, saiu do porto de Luanda em direção às Américas uma média anual de 10 mil a 15 mil escravizados, havendo, naturalmente oscilações provocadas pelas conjunturas políticas, como a da ocupação holandesa de 1641-1648. No último quartel do século, com a concorrência de outros portos, sobretudo de Benguela e do Loango, e o cansaço dos mercados abastecedores, esse quantitativo desceu para os cinco ou seis mil escravizados.³⁷

Nota-se dessa forma a importância de Angola frente ao comércio transatlântico de escravizados³⁸, fato que abre espaço para os conflitos pela conquista, colonização e penetração dos territórios dos povos *mbundus* que não se mantêm passivos frente aos acontecimentos e contextos históricos citados.

Análise e discussão das fontes

Através de análise bibliográfica e uma análise cuidadosa das fontes escolhidas para a presente pesquisa, refletiu-se sobre a dinâmica e complexidade das relações sociais e políticas entre os agentes históricos que disputavam a posse dos territórios de Angola e o comércio de escravizados no Atlântico em um momento específico do século XVII.

O auto de testemunhas em conjunto com a carta do governador César de Menezes evidenciam aspectos importantes de como aconteciam conflitos e as negociações entre os colonizadores europeus, neste caso, portugueses e holandeses e as lideranças *mbundus*, nativas do reino do Ndongo, ou Angola.

Durante todo o auto de testemunhas, além de ser relatada a fuga do Governador para os sertões, é sempre delineado junto a isso um exercício de observação dos territórios no

³⁷ CALDEIRA, Arlindo Manuel. Formação de uma cidade afro-atlântica: Luanda no século XVII. **Revista Tempo, Linguagem, Espaço**. V. 05 - N. 03 p. 12-39 - Set.-Dez. - 2014. p.14-15. Disponível em: https://research.unl.pt/ws/portalfiles/portal/3995583/7046_27223_1_PB.pdf. Acesso em 16 fev. 2023.

³⁸ Ver: MENZ, Macimiliano M.; LOPES, Gustavo Acioli. A população do Reino de Angola durante a era do tráfico de escravos: um exercício de estimativa e interpretação (c. 1700-1850). **Revista de História (São Paulo)** n° 177, 2018, p. 1-35. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rh/a/swrzHZp7t5qqnRcG8bQKXjb/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 16 fev 2023.

sentido de mapear onde estariam os soldados holandeses, que eram uma ameaça constante para o domínio português. Naquele momento os holandeses estavam criando alianças com as próprias lideranças africanas da região, de fato, “A presença holandesa nos territórios de Angola fomentou ainda mais a sublevação dos sobas de Quissama que consideravam as alianças com estes estrangeiros uma alternativa às imposições da Coroa portuguesa”.³⁹

A exemplo disso, tem-se o alinhamento da rainha Ginga, que não consta na documentação analisadas mas está presente nas fontes bibliográficas, com a observação de que a rainha viu vantagens na presença holandesa em Luanda e resolveu fazer alianças. Além disso, os holandeses também contavam com o apoio do Rei do Congo Mani Congo Garcia II.⁴⁰ Nota-se assim uma certa autonomia que os povos nativos possuíam em relação às decisões de seus acordos políticos com os estrangeiros. Autonomia essa que podia com certeza ser prejudicada pelo advento da escravidão. Fato é que as alianças entre as lideranças africanas e os holandeses era uma clara ameaça aos portugueses.

No decorrer das duas fontes foi perceptível também a fragilidade dos portugueses em relação a seus exércitos e formas de defender seus territórios. No início da carta de Pedro César de Menezes há a justificativa ao Rei de sua saída de Luanda com o fato de que a cidade era indefensável, toda aberta e com menos de 300 homens, estes despreparados para a guerra e termina a carta pedindo que fossem mandados 500 soldados do Brasil. Ou seja:

as tropas militares portuguesas em Angola possuíam uma série de problemas e havia uma dificuldade em manter a quantidade de soldados adequados. Além dos homens vindo de Portugal e da América, as tropas eram formadas também por pessoas recrutadas na cidade de Luanda.⁴¹

Além disso, vale ressaltar também que:

A força militar lusitana era extremamente dependente do uso da “Guerra Preta”, ou seja, tropas formadas por pessoas locais, cujo recrutamento dependia de alianças com soberanos africanos. Em tempos de paz, os portugueses usavam tropas regulares, conjunto heterogêneo de indivíduos, incluindo desde soldados profissionais africanos, “brasileiros” e europeus até degradados sem nenhum treinamento militar trazidos do Brasil e de Portugal.⁴²

³⁹ CARVALHO, Flávia Maria de. Os homens do rei em Angola: sobas, governadores e capitães mores, séculos XVII e XVIII. Tese (doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, fev. 2013. p. 118. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1502.pdf>. Acesso em 16 fev 2023.

⁴⁰ LEITE, Ingrid Silva de Oliveira. A restauração de Angola e os pedidos de mercês no século XVII. **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, nº 25, p. 126-148, set.-dez. 2020. p.130. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/50728/35251>. Acesso em: 16 fev. 2023.

⁴¹ LEITE, Ingrid Silva de Oliveira. A restauração de Angola e os pedidos de mercês no século XVII. **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, nº 25, p. 126-148, set.-dez. 2020. p.134. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/50728/35251>. Acesso em: 16 fev. 2023.

⁴²Ib.

Mais uma vez é possível notar como a interação entre colonizadores e a população local era dinamizada a partir de uma lógica de interesses. Inclusive existiam pessoas que prestavam esse serviço à Coroa e participavam desses exércitos com a intenção de ganhar mercês, recompensas ou cargos importantes, já que havia na sociedade da época esse costume.⁴³

Outro fator que está sempre presente nos relatos é a violência com que os sobas rebeldes ou os *mbundus* que se revoltaram eram tratados. Apesar dos acordos políticos acontecerem entre todos os agentes históricos citados no decorrer do trabalho, a violência não está fora desses acordos que nem sempre promovem de fato a paz. A própria divisão entre sobas vassalos e sobas rebeldes cria, de certa maneira, uma justificativa para a violência ser cometida contra determinados agentes tidos como desobedientes.

Por fim, considero justo dizer que escravidão africana teve importância fundamental na formação social, econômica e cultural brasileira. “As pessoas escravizadas marcaram profundamente os costumes, o imaginário, a cultura, a sociedade e, através de uma imensa miscigenação, sobretudo forçada, moldaram a composição étnico-racial da população”.⁴⁴

É indispensável ressaltar que os agentes históricos que compunham o segmento social escravizado, e posteriormente marginalizado, jamais se mantiveram de maneira pacífica frente às dinâmicas pelas quais a sociedade escravista se organizou. Eram inúmeras as formas de resistência por parte dessas pessoas e, inicialmente, a presente pesquisa possuía a proposta de analisar as diferentes maneiras que os escravizados resistiram ao sistema escravista no Brasil Colonial. Entretanto, a partir do interesse no exercício da paleografia e na análise de fontes primárias, a partir da reflexão proposta pela “micro-história global”, o curso da investigação mudou. Assim, foi possível pensar sobre as relações complexas entre os agentes históricos aqui abordados e suas diferentes facetas, a reação portuguesa frente a invasão dos territórios sob seu domínio, a disputa pelo comércio atlântico de escravizados e ainda a plena capacidade de fazer acordos e ações políticas por parte das lideranças *mbundus* diante a presença dos europeus em seus territórios.

Fontes

⁴³ LEITE, Ingrid Silva de Oliveira. A restauração de Angola e os pedidos de mercês no século XVII. **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, nº 25, p. 126-148, set.-dez. 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/50728/35251>. Acesso em: 16 fev. 2023.

⁴⁴ REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Revoltas Escravas no Brasil**. São Paulo: Companhia Das Letras, 2021. p.10.

Arquivo Histórico Ultramarino / AHU_CU_ANGOLA, Cx. 3, D. 331 / PT/AHU/CU/001/0003/00331 - 1643-02-21 a 1643-02-21.

Carta do Governador de Angola a El-Rei de Portugal (9-3-1943). In: Brásio, António Pe., org. 1960. Monumenta Missionaria Africana. Vol. 9, África Ocidental (1643-1646). Lisboa: Agência Geral do Ultramar.

Referências Bibliográficas

BERTRAND, Romain; CALAFAT, Guillaume. La microhistoire globale: affaire(s) à suivre. In: **Annales**. Histoire, Sciences Sociales. 73e année, N. 1, 2018. pp. 3-18.

BIRMINGHAM, David. **Alianças e conflitos. Os primórdios da ocupação estrangeira em Angola. 1483-1790**. Luanda, Arquivo Histórico de Angola / Ministério da Cultura, 2004.

CALDEIRA, Arlindo Manuel. Formação de uma cidade afro-atlântica: Luanda no século XVII. **Revista Tempo, Linguagem, Espaço**. V. 05 - N. 03 p. 12-39 - Set.-Dez. - 2014. Disponível em: https://research.unl.pt/ws/portalfiles/portal/3995583/7046_27223_1_PB.pdf. Acesso em 16 fev. 2023.

CARVALHO, F. M. de. O Reino do Ndongo no Contexto da Restauração: Mbundus, Portugueses e Holandeses na África Centro Ocidental. **Sankofa (São Paulo)**, [S. l.], v.4, n.7, p.7-28,2011. DOI: 10.11606/issn.1983-6023.sank.2011.88793. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/sankofa/article/view/88793>. Acesso em: 16 fev. 2023. Acesso em 16 fev. 2023

CARVALHO, Flávia Maria de. Os homens do rei em Angola: sobas, governadores e capitães mores, séculos XVII e XVIII. Tese (doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, fev. 2013. p. 46. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1502.pdf> Acesso em 16 fev. 2023.

CROSSLEY, P. K. “O que é história global?” In: _____. **O que é história global?** Petrópolis, RJ: Vozes, 2015, p. 136-159.

CUNHA, Mafalda Soares da. Governo e governantes do Império português do Atlântico (século XVII). Em: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. (orgs.). **Modos de Governar: ideias e práticas políticas no império português – Séculos XVI-XIX**. São Paulo: Alameda, 2005. pp. 69-92.

DEMARET, Mathieu. Portugueses e Africanos em Angola no século XVII - Problemas de comunicação a partir de História Geral das Guerras Angolanas. **Hal open science**, Paris, março, 2017. Disponível em: <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-01492120> Acesso em 16 fev 2023.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808). Em: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. (org.). **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. pp. 285-315.

HESPANHA, Antonio Manuel & SANTOS, Catarina Madeira. Os poderes num império oceânico. In: MATTOSO, José (coord.). **O Antigo Regime (1620-1807)** Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, p. 395-413. (História de Portugal, v. 4).

LEITE, Ingrid Silva de Oliveira. A restauração de Angola e os pedidos de mercês no século XVII. **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, nº 25, p. 126-148, set.-dez. 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/50728/35251>. Acesso em: 16 fev. 2023.

LEVI, Giovanni. O pequeno, o grande e o pequeno. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 37, nº 74, 2017.

MATTOS, Hebe Maria. A escravidão moderna nos quadros do Império português: o Atigo Regime em perspectivaatlântica. Em: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. (org.). **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. pp. 143-162.

MENZ, Macimiliano M.; LOPES, Gustavo Acioli. A população do Reino de Angola durante a era do tráfico de escravos: um exercício de estimativa e interpretação (c. 1700-1850). **Revista de História (São Paulo)** nº 177, 2018, p. 1-35. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rh/a/swrzHZp7t5qqnRcG8bQKXjb/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 16 fev 2023.

PIMENTA, Fernando Tavares. O Estado Novo português e a reforma do Estado colonial em Angola: o comportamento político das elites brancas (1961-1962). **História (São Paulo)** dez 2017, volume 23 nº 2 pp 250-272.

REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

REVEL, Jacques. "Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado". **Revista Brasileira de Educação**, v. 15 n. 45, p. 434-444., set./dez. 2010.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. Em busca das origens da História Global: aula inaugural proferida no Collège de France em 28 de novembro de 2013. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 60, p. 219-240, 2017.

THOMAZ, Luís Filipe. **De Ceuta a Timor** Lisboa: Difel, 1994.